

Aveiro, 03 de março de 2016

## **NOTA DE IMPRENSA**

### **Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro de 22FEV16**

O Conselho Intermunicipal (CI) da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CI Região de Aveiro) realizou no passado dia 22 de fevereiro de 2016 a sua reunião ordinária mensal, em Albergaria-a-Velha. Destacamos então as principais deliberações tomadas na Reunião:

#### **1. Plano de Investimentos em Infraestruturas – Ferrovia 2020 / Ligação Ferroviária Aveiro/Salamanca – posição pública**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou aprovar uma posição formal e pública sobre o “Plano de Investimentos em Infraestruturas / Ferrovia 2020”, apresentado pelo Governo no passado dia 12FEV16, com uma atenção especial às opções tomadas sobre a Ligação Ferroviária Aveiro / Salamanca.

Uma nota primeira de lamento e de discordância para o facto das opções do Governo terem deixado de fora a qualificação da Linha do Vouga entre Aveiro e Águeda, ao contrário do definido no planeamento anterior e nos compromissos da REFER/IP. Continuaremos a lutar para que este objetivo, de utilidade comprovada em vários estudos, seja cumprido com a maior brevidade possível.

A CI Região de Aveiro entende ser da maior importância para a competitividade da economia portuguesa os investimentos nas infraestruturas de transportes e de logística, nomeadamente no que respeita às áreas ferroviária e portuária.

A opção da União Europeia e de Portugal de assentar esse desenvolvimento nas redes transeuropeias de transportes e na utilização dos Fundos Comunitários e do Plano Juncker, tem o sentido objetivo da utilidade e do pragmatismo que a situação exige.

As opções que temos para tomar só podem ter como consequência a disponibilização às empresas portuguesas, em especial às exportadoras, de uma ligação ferroviária tecnicamente capaz e eficiente, devidamente ligada em Espanha e em

França, ao centro da Europa, vencendo algumas das desvantagens competitivas da localização periférica de Portugal face à Europa.

A competitividade dessa ligação, o seu contributo para a redução dos custos de logística das empresas, a rentabilidade desse importante investimento público, têm de ser os critérios essenciais para as opções que temos de tomar. Essa opção do Governo Português e da Comissão Europeia, não pode ser tomada pelo mais barato, nem pela servidão aos gestores da pequena política de quem tem uma visão do século passado e não uma visão de futuro, nem esquecendo o objetivo fundamental da competitividade da economia portuguesa.

Por isto exortamos o Governo Português, a:

1. Concretizar a qualificação da Linha da Beira Alta para a servidão do território percorrido com a qualidade que as populações exigem e merecem, mesmo sendo uma zona pouco habitada e pouco industrializada;
2. Desenvolver os projetos da Ligação Ferroviária Aveiro / Salamanca com um traçado novo onde tecnicamente se exige, sem as inultrapassáveis limitações técnicas de várias zonas da Linha da Beira Alta, com a garantia de continuidade do corredor ferroviário em Espanha, onde a atual Linha também padece de graves limitações técnicas que têm de ser resolvidas a bem do investimento em Portugal;
3. Apresentar os estudos que estão na base das opções tomadas, deixando o processo de sigilo e falta de transparência em que os estudos e as opções técnicas têm estado e estão envolvidos no âmbito da REFER/IP;
4. Desenvolver este processo de definição das opções de projeto a executar com o devido envolvimento de todos os Autarcas e em especial das Associações Empresarias, nomeadamente do Conselho Empresarial do Centro (com sede em Coimbra, e que integra a Associação Industrial do Distrito de Aveiro com sede em Aveiro), da Associação Empresarial de Portugal (com sede no Porto) e da AI Minho – Associação Empresarial (com sede em Braga), que têm realizado nos últimos dois anos um trabalho competente e capaz de justificação e defesa da

Ligação Ferroviária Aveiro / Viseu / Salamanca, como a única opção que interessa realizar assente na sua competitividade;

5. A promover um trabalho de equipa com associações de profissionais e especialistas do sector, que têm muito trabalho e publicações realizadas sobre esta matéria, nomeadamente a ADFERSIT (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes), cujo comunicado sobre esta matéria anexamos.

Por tudo isto exortamos a Comissão Europeia a tomar as melhores decisões, afetando os recursos financeiros a investimentos que realmente melhorem a competitividade da economia portuguesa.

Portugal precisa de uma Ligação Ferroviária predominantemente para o transporte de mercadorias, que sirva de forma competitiva as empresas responsáveis por 75% das nossas exportações e que laboram nas Regiões Centro e Norte do País, não podendo este processo de decisão e de execução de obra, por divergências e visões curtas, vir a ter como conclusão, a conclusão que hoje está em plena construção em Portugal e Espanha, que é a ligação ferroviária a Sul, ligando Sines, Caia, Poceirão e Madrid, que a defendemos pela sua importância para o Porto de Sines, mas que não serve nem responde às necessidades do sector exportador nacional, em especial da indústria.

A gestão logística da esmagadora maioria das empresas exportadoras de Portugal, localizadas nas Regiões Norte e Centro, exige uma operação qualificada e articulada dos Portos de Leixões, Aveiro, Viana do Castelo e Figueira da Foz, a utilização da rede rodoviária existente que tem qualidade, e uma nova ligação ferroviária competitiva, articulada com a Linha do Norte e que faça a ligação rápida e ágil a Espanha e ao centro da Europa, subordinada aos interesses da economia portuguesa e dos Portuguesas.

Este tem de ser um processo sério e transparente, participado e definitivo, e uma oportunidade de fazer bem que não podemos desperdiçar.

Repudiamos os “estudos técnicos” rápidos, de circunstância e de encomenda, as propostas irreais e absurdas como a utilização da Linha do Douro para o transporte



ferroviário de mercadorias do Porto de Leixões para a Europa, o folclore político poluidor da opinião pública, as palavras provocatórias e superficiais como a de chamar “faraónica” às opções competitivas apenas porque exigem mais investimento, a atitude de alguns alimentarem guerras no Centro/Norte de Portugal, enquanto no Sul se executam as obras e se capacita o território.

É tempo de fazer bem e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem essa aposta assumida com firmeza, em parceria com as empresas que são o motor da economia, da geração de riqueza e do emprego, num processo de ganho para as Regiões Centro e Norte de Portugal e em especial para Portugal. Mantemos a nossa disponibilidade para continuar a trabalhar em equipa com todos, numa lógica positiva, construtiva e competente.

## **2. Autoridade Regional de Transportes**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou aprovar a comunicação de reposta ao Instituto de Mobilidade e Transportes no sentido da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro se constituir como Autoridade de Transportes, com delegação de competências para o serviço público de transportes de passageiros conforme previsto no novo “Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros” (RJSPTP), Lei 52/2015 de 9 de julho de 2015.

Enquanto Comunidade-piloto no âmbito do “Documento Verde da Reforma da Administração Local” (2011), a CI Região de Aveiro sinalizou a descentralização de competências na área da Mobilidade / Transporte de Passageiros, corporizando esse desafio quando, em 24 de janeiro de 2011, deliberou elaborar o “Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro” (PIMTRA), tornando-se a primeira região em Portugal a concluir um Plano de Mobilidade e Transportes à escala intermunicipal, em junho de 2014.

A CI Região de Aveiro reconhece a importância da solução técnica e administrativa da gestão da rede de transportes em escala intermunicipal, reforçando a necessidade de ser concretizada uma real descentralização funcional e financeira que

permita atingir os objetivos preconizados no RJSPTP, potenciando a melhoria dos níveis de competência, eficácia e eficiência na gestão da mobilidade, melhorando o serviço aos Cidadãos com a devida sustentabilidade técnica e financeira.

### **3. Academia de Verão da UA 2016 | “Turma CIRA”**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou aprovar a participação na Academia de Verão 2016 da Universidade de Aveiro, de uma “Turma CIRA” composta por 22 Estudantes do ensino secundário de Escolas dos seus onze Municípios associados (dois por cada Município).

A “Turma CIRA” estará a trabalhar na UA em regime de internato, tendo um jantar com o Presidente do Conselho Intermunicipal e outros dos seus membros, para partilha de perspetivas sobre a Região de Aveiro.

Os custos da inscrição são assumidos pela CI Região de Aveiro.

### **4. ANQEP – Protocolo de Cooperação**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou ratificar a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e a CI Região de Aveiro (a assinatura decorreu no passado dia 12 de fevereiro).

O presente Protocolo de Cooperação tem como principal objetivo o reforço do trabalho institucional em particular no que respeita à aplicação do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), tendo em vista a antecipação de necessidades regionais de qualificações, bem como a elaboração da proposta de rede de oferta educativa e formativa em linha com os resultados obtidos no trabalho de caracterização de necessidades, que já está em execução.

### **5. European Cycling Challenge – contrato de adesão**



O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou ratificar a assinatura do contrato de adesão ao European Cycling Challenge (ECC 2016), cujo objetivo será colocar 15 países europeus a pedalar e a competir pelo estatuto da cidade/região mais amiga da bicicleta.

Contando já com a sua 5.ª edição, o ECC 2016 decorre de 1 a 31 de maio em mais de 39 cidades desafiando os seus Cidadãos a participar, descarregando a aplicação para o smartphone e registando todos os circuitos de bicicleta, inferiores a 25Kms/hora.

Lançamos por esta via o desafio para que cada Ciclista da Região de Aveiro se associe a esta iniciativa, contribuindo para que a região alcance os lugares cimeiros da mobilidade sustentável na Europa (aplicação disponível a partir de 01 de abril no site [www.cyclingchallenge.eu/teams/Aveiro](http://www.cyclingchallenge.eu/teams/Aveiro)).

Definida no PIMTRA, a aposta na mobilidade ciclável reveste-se de grande importância para a CI Região de Aveiro.

## **6. DLBC Costeira – assinatura de contrato**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro deliberou ratificar a assinatura (que teve lugar no passado dia 15 de fevereiro) do Contrato para a Gestão da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Grupo de Ação Local (GAL) Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro (GAC- RA), representando uma capacitação financeira do GAC-RA em 3.972.404,51€

Em data a anunciar será promovida a apresentação pública das oportunidades de apoio ao investimento público e em especial ao investimento privado que vai ser possível cofinanciar com as verbas das DLBC's, que se referenciam em termos de regra, em projetos com valor de investimento até 100.000€ (podendo em certas situações assumir uma dimensão financeira até 200.000€), iniciando o importante trabalho de execução deste novo sistema de incentivo, no apoio à economia local, gerando mais riqueza e mais emprego.



## **7. Próxima Reunião do Conselho Executivo da CI Região de Aveiro**

O Conselho Intermunicipal da CI Região de Aveiro realiza a sua reunião ordinária de março, no dia 21, em Sever do Vouga.

Visite [www.regiaodeaveiro.pt](http://www.regiaodeaveiro.pt) e acompanhe a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

**Agradeço toda a atenção dispensada e apresento os meus melhores cumprimentos,**

**José Ribau Esteves, eng.  
Presidente do CI da Região de Aveiro**